

ESTUDO CRÍTICO DAS VIOLÊNCIAS (IN)VISÍVEIS NA DINÂMICA DA EDUCAÇÃO MILITARIZADA NUMA ESCOLA PÚBLICA DE MANAUS

**CRITICAL STUDY OF (IN)VISIBLE VIOLENCE IN THE DYNAMICS OF MILITARIZED
EDUCATION IN A PUBLIC SCHOOL IN MANAUS**

**UN ESTUDIO CRÍTICO DE LA VIOLENCIA (IN)VISIBLE EN LA DINÁMICA DE LA
EDUCACIÓN MILITARIZADA EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE MANAUS**

Emerson Sandro Silva Saraiva

Doutor e Mestre em Educação

Professor Adjunto na Universidade do Estado do Amazonas
Universidade do Estado do Amazonas, Escola Normal Superior
Manaus, Brasil

esaraiva@uea.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4423-71447>



Juliana Amorim Sales

Licenciada em Pedagogia

Universidade do Estado do Amazonas, Escola Normal Superior
Manaus, Brasil

projulianas.ctt@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-8838-5600>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Este estudo analisa as violências (in)visíveis presentes na educação militarizada a partir dos relatos de egressos de uma escola pública de Manaus. A pesquisa adota abordagem qualitativa com base em levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário online com questões abertas, além da realização de rodas de conversa presenciais. O método histórico-dialético orientou a análise das contradições presentes nos discursos dos participantes. Os resultados indicam que o ensino militarizado impõe práticas violentas que são naturalizadas no cotidiano escolar, moldando o comportamento e a subjetividade dos estudantes. A militarização do ensino público implementada na sociedade manauara representa uma estratégia de controle social, sustentada por uma lógica conservadora e neoliberal que enfraquece o pensamento crítico e limita a formação cidadã dos estudantes, evidenciando a necessidade do debate e reflexão urgente no campo da formação docente e nas políticas públicas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Militarização. Violência. Educação.

ABSTRACT

This study analyzes the (in)visible violence present in militarized education based on reports from graduates of a public school in Manaus. The research adopts a qualitative approach based on a bibliographic survey, document analysis, and an online questionnaire with open-ended questions, in addition to face-to-face discussion groups. The historical-dialectical method guided the analysis of the contradictions present in the participants' discourses. The results indicate that militarized education imposes violent practices that are naturalized in everyday school

life, shaping students' behavior and subjectivity. The militarization of public education implemented in Manaus society represents a strategy of social control, sustained by a conservative and neoliberal logic that weakens critical thinking and limits the civic education of students, highlighting the need for urgent debate and reflection in the field of teacher training and public education policies.

KEYWORDS: Militarization. Violence. Education.

RESUMEN

Este estudio analiza la violencia (in)visible presente en la educación militarizada a partir de relatos de egresados de una escuela pública de Manaus. La investigación adopta un enfoque cualitativo basado en investigación bibliográfica, análisis documental y la aplicación de un cuestionario en línea con preguntas abiertas, además de la realización de grupos de discusión presenciales. El método histórico-dialéctico guió el análisis de las contradicciones presentes en los discursos de los participantes. Los resultados indican que la educación militarizada impone prácticas violentas que se normalizan en la vida escolar cotidiana, moldeando el comportamiento y la subjetividad del alumnado. La militarización de la educación pública implementada en la sociedad de Manaus representa una estrategia de control social, sustentada en una lógica conservadora y neoliberal que debilita el pensamiento crítico y limita la formación cívica del alumnado, destacando la necesidad de un debate y una reflexión urgentes en el ámbito de la formación docente y las políticas públicas educativas.

PALABRAS CLAVE: Militarización. Violencia. Educación.

1 INTRODUÇÃO

A crença de que as escolas militarizadas são ambientes seguros, devido à constante presença de policiais e à imposição de rígidos padrões disciplinares, é muito comum na sociedade brasileira. Esse discurso é sustentado pela cultura do medo e estigmatização da juventude, especialmente de periferias urbanas, e também surge como solução de problemas enfrentados pelo ensino público. Nesse contexto, práticas violentas tendem a ser naturalizadas na dinâmica educacional, consideradas essenciais para moldar o comportamento dos estudantes através da disciplina.

Com o intuito de analisar as violências (in)visíveis presentes na educação militar, este estudo foi realizado a partir dos discursos de egressos do Colégio da Polícia Militar de Manaus (CMPM), bem como do papel da disciplina na formação da sociedade. A pesquisa contou com o aporte teórico de diversos autores que discutem a violência e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem, promovendo uma visão mais ampla das realidades vivenciadas pelos estudantes e dos eventos históricos que antecedem essas práticas.

Esse estudo surgiu através da vivência como egressa que, enquanto acadêmica de pedagogia, percebi por meio de formação crítica o quão violenta é a educação nas escolas militarizadas e todo o processo de controle do corpo e da mente que é levado para a vida, gerando uma militarização da vida. Portanto, o estudo investigou o impacto das violências no processo de ensino-aprendizagem no CMPM, a partir dos relatos de egressos.

A abordagem adotada foi qualitativa, combinando análise bibliográfica e documental, e a coleta de dados se deu por meio de um questionário online com questões abertas, elaborado via Google Forms e compartilhado através das redes sociais, alcançando um total de 42 respostas. Também foi realizado o Café com Pesquisa, uma roda de conversa presencial destinada a esses egressos que haviam cursado diferentes anos e turmas no CMPM, com o objetivo de compreender as diversas perspectivas sobre a temática. Algumas respostas dos egressos foram transcritas ao longo deste estudo em sua forma original para trazer credibilidade e confiança quanto à qualidade da pesquisa (Yin, 2016, p. 36).

A análise dos dados foi realizada de forma crítica, com o intuito de compreender as experiências dos egressos, utilizando teorias de autores da educação sobre militarização e desmilitarização. Fundamentada no método histórico-dialético, esta pesquisa possibilitou a compreensão das contradições e transformações presentes no contexto das escolas militares através do discurso dos egressos em conjunto com os escritos de teóricos da educação sobre violência, educação, direitos humanos e sociedade.

Com base nas reflexões de Chauí, Itokazu e Chauí-Berlinck (2024) sobre a violência na sociedade brasileira e nas análises de Foucault (1977) sobre a imposição da disciplina, articuladas às contribuições de Santos (2021), Miranda (2021), Charlot (2020) e Saviani (2011), compreende-se que a disciplina nas escolas militarizadas opera como mecanismo de controle e formação do sujeito social.

A análise dos discursos dos egressos do Colégio da Polícia Militar de Manaus revelou que a militarização do ambiente escolar reforça estigmas e justifica a aplicação de métodos autoritários, prejudicando o desenvolvimento integral dos estudantes. Fundamentada em teorias sobre militarização e desmilitarização, a pesquisa proporcionou uma compreensão aprofundada dos efeitos dessas práticas, evidenciando a necessidade urgente de reavaliar o lugar dos militares na educação pública regular de ensino e a relação entre disciplina, segurança, educação e direitos humanos.

2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A MILITARIZAÇÃO DO ENSINO E FORMAÇÃO DE SOCIEDADE

O referencial teórico deste estudo se estrutura a partir da concepção de militarização e sua expansão no contexto político-social, na dinâmica militar que utiliza a disciplina como instrumento de controle a partir de práticas violentas naturalizadas no cotidiano escolar, bem como sua influência no desenvolvimento cidadão dos estudantes e, conseqüentemente, na formação da sociedade.

Segundo Santos (2021), a militarização de uma escola pública consiste em uma mudança da gestão civil para militar, bem como a inserção da força policial no ambiente escolar. Essa prática resulta em uma grande mudança na cultura, normas, estrutura e até no processo pedagógico da escola, uma vez que este modelo é espelhado na estrutura da própria Polícia Militar, transformando, assim, a escola em um quartel.

A expansão do modelo militar em escolas públicas teve um aumento significativo nos anos de 2019-2022, no governo do ex-presidente Bolsonaro, através do Pecim - Programa Nacional das Escolas Cívico¹ (Brasil, 2019). No livro Educação no Governo Bolsonaro, Leher (2023, p. 32) explica que o projeto educacional do governo Bolsonaro era unir a “pauta dos costumes” à militarização para agradar seus principais apoiadores (religiosos e militares) fortalecendo as ações da extrema-direita no país.

Apesar do grande número de escolas públicas militarizadas através do programa, as promessas não foram alcançadas com êxito, sendo considerado um modelo limitado, excludente e sem melhorias de ensino significativas. Dessa forma, o programa foi encerrado através do Decreto nº 10.611 de 2023, no governo do presidente Lula. (Silva e Rittner, 2023).

Com a militarização da escola ocorre a imposição do regimento militar, que utiliza a disciplina para moldar o comportamento dos estudantes. A disciplina imposta é, como descreve Foucault (1977), uma fábrica de corpos dóceis: “ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...]” (p. 167). Ou seja, o poder disciplinar “adestra” os indivíduos, moldando-os para serem mais obedientes e eficientes. No ensino militarizado, essa lógica de poder configura-se como pedagogia da caserna, isto é, a transposição da racionalidade disciplinar militar para

¹ Instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, o Pecim foi aderido por 216 escolas nas cinco regiões do país e tinha como foco escolas em áreas de vulnerabilidade com a proposta de gerar mais segurança e melhoria de ensino nas instituições através da inserção da força policial na gestão escolar (Brasil, 2019).

o espaço escolar, o que se expressa no controle rigoroso sobre os estudantes, por meio de práticas como a vigilância constante, punições e recompensas para garantir a conformidade.

Para permanecer na escola militarizada o estudante precisa se encaixar nos padrões militares, caso não consiga, ele é jubinado. Nesse contexto, a permanência na escola depende única e exclusivamente da performance do estudante em alcançar boas notas e se encaixar no padrão exigido através da disciplina. Quem alcança esses dois objetivos ganha o mérito de pertencer e permanecer na instituição. Essa é a maneira mais comum de segregação escolar no ensino público militarizado.

Segregar os estudantes através do mérito significa colocar sobre crianças e adolescentes a responsabilidade de um futuro promissor que se inicia na garantia da oportunidade de estudar. Freitas (2018), descreve isso como a finalidade educativa no mundo neoliberal em que a “escola é vista como uma “oportunidade” que o aluno tem para “competir” – independentemente das suas condições de vida. Ele deve ser “resiliente” na adversidade, pois daí advém o mérito” (p. 114), características da dinâmica educacional na escola militarizada.

Em concordância com os autores, Miranda (2021, p. 293) explica que a força policial na escola utiliza a disciplina para segregar, coagir e obrigar os estudantes – filhos da classe trabalhadora – a obedecer cegamente às regras do sistema neoliberal. A autora aponta ainda que essa prática utiliza a violência simbólica para reproduzir as ideologias da classe dominante através da doutrinação² e dominação.

A violência simbólica, segundo Chauí, Itokazu e Chauí-Berlinck (2024), se refere a práticas violentas que estão (in)visíveis aos olhos da sociedade, pois acontecem desde o princípio da humanidade de maneira sutil permitindo a sua naturalização no convívio social. A autora descreve a sociedade como “oligárquica, verticalizada, hierarquizada, autoritária e por isso mesmo violenta, que bloqueia a concretização de um sujeito ético e de um sujeito político” (p. 48). Essa descrição de sociedade é refletida na militarização do ensino público que, ao impor suas normas e regulamento, limita o pensamento autônomo e a subjetividade cidadã dos estudantes.

² Doutrinação: ação ou efeito de doutrinar, de instruir alguém numa doutrina, de passar os preceitos formais que compõem uma ideia, segundo o Dicionário Online de Português (Dicio, 2025).

Segundo Oliveira (2016, p. 42), o que sustenta a narrativa da militarização é a cultura do medo e a visão preconceituosa de que a juventude é ameaçadora e violenta. Associar a adolescência à rebeldia é um pensamento coletivo construído através da mídia capital operada pelo sistema conservador que paga por seus serviços, e transmite a ideia de que a juventude precisa ser disciplinada e controlada, para conter possíveis ameaças. Sendo assim, a militarização das escolas surge como um projeto de ajuste social que busca diminuir a violência entre adolescentes e jovens bem como prepará-los para uma sociedade que valorize a “Deus, pátria e família”.

Nesse contexto, a polícia militar enquanto projeto neoliberal de salvação da juventude transforma a escola pública em quartel formal, reproduzindo as ideologias, normas e condutas da polícia militar como preparação dos estudantes para a geração da economia de mercado e controle social. É nesse processo que as violências que moldam a instituição da polícia se manifestam também no cotidiano escolar, mas de forma invisibilizada. Soares (2019, p. 87), chama isso de violência legítima, em que a violência exercida pelo Estado Neoliberal, quando justificada como garantia de segurança e ordem, é socialmente aceita e moralmente validada.

Refletindo sobre o papel da escola na formação dos sujeitos, Charlot (2020) expressa que a educação é um movimento cultural de humanização e socialização, ou seja, a escola expressa um projeto de sociedade orientado por uma visão de mundo. No modelo militarizado com toda a hierarquia, autoritarismo e disciplina exacerbados, a escola torna-se um espaço de repressão que limita as subjetividades dos estudantes usando a disciplina para moldá-los a favor da obediência e da ordem. Dessa forma, a militarização do ensino público atua como um mecanismo ideológico de controle social.

Em contraposição à lógica da militarização que busca adestrar os estudantes para seguirem ordens sem questionamentos, Saviani (2011) defende que a educação é, por natureza, um ato político que deve possibilitar aos sujeitos uma compreensão crítica da realidade para, assim, transformá-la. Para o autor, a pedagogia histórico-crítica se opõe à ideia de adaptação, pois busca desenvolver nos estudantes a capacidade de intervir no mundo, e não apenas de ajustar-se a ele.

O Comitê de Direitos da Criança (CDC) da Organização das Nações Unidas (ONU) fez uma recomendação ao Brasil no dia 5 de junho de 2025, para que a

militarização das escolas públicas estaduais e municipais seja prática proibida em todo país e “manifestou preocupação com a violência sistemática contra crianças, especialmente em contextos marcados por discriminação racial estrutural” (Andes, 2025). O documento internacional evidencia que a militarização do ensino público, que utiliza práticas autoritárias, punitivas e hierarquizadas, viola princípios fundamentais dos direitos humanos, bem como o direito à educação democrática.

As análises dos autores citados e a recomendação da ONU ao Brasil indicam que a militarização do ensino público é um projeto político autoritário e neoliberal que utiliza a cultura do medo e a falácia da melhoria da qualidade educacional para ser aceito pela sociedade e, conseqüentemente, realizar o controle social sob o discurso da ordem e da eficiência. Essa prática contribui para a reprodução de desigualdades sociais e formação de sujeitos adaptados à obediência cega e não à emancipação, reproduzindo os ideais e ideologias dominantes.

Deste modo, compreender as contradições do discurso da militarização e das vivências experienciadas pelos egressos é essencial para pensar e debater possíveis caminhos de resistência e ressignificação do espaço escolar público garantindo o desenvolvimento do pensamento crítico de estudantes que podem transformar a realidade social a partir da educação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A INVESTIGAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS (IN)VISÍVEIS NA EDUCAÇÃO MILITARIZADA

O primeiro Colégio Militar da Polícia Militar (CMPM)³ do Amazonas foi estabelecido na sociedade manauara através do Decreto nº 15.831, de 04 de fevereiro de 1994, com o intuito de atender prioritariamente servidores militares e seus dependentes. Com o tempo, as motivações por trás da militarização do ensino público foram se modificando, e atualmente já existem 9 instituições militarizadas vinculadas à Secretaria de Educação do Amazonas (De Oliveira *et al.*, 2024).

O CMPM tem uma estrutura semelhante à instituição da PMAM com normas e regulamentos que moldam a dinâmica educacional transformando-a em uma espécie de escola quartel. Ao militarizar o ensino público, inicia-se um processo de segregação dos estudantes que precisam garantir a permanência escolar por meio

³ O CMPM se trata de um colégio com gestão da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e se diferencia dos Colégios Militares com gestão do Exército.

de notas consideradas altas e adequar-se ao modelo militar moldando o seu comportamento e mentalidade para se encaixar no padrão desejado, ou seja, em um discente militar. A partir desse momento, violências (in)visíveis passam a integrar o cotidiano escolar.

As violências (in)visíveis citadas neste estudo referem-se às práticas violentas que são naturalizadas no ensino militarizado. Essas práticas vão desde a segregação dos estudantes da comunidade até atos de violência física e psicológica que não são identificados como tais, apenas como parte da disciplina imposta, consideradas essenciais para formar e manter o perfil adequado de “aluno militar”.

O problema norteador deste estudo surgiu nos processos reflexivos como ex-estudante de um CMPM em Manaus que vivenciou o processo da militarização de uma escola pública em uma zona marginalizada da cidade de Manaus. Através dessa vivência ficou evidente que a militarização propaga diversas violências que são invisibilizadas por meio da hierarquia, civismo e preparo físico presente na dinâmica educacional, contudo, para compreender de maneira mais ampla a manifestação dessas violências, fez-se necessária a escuta e a participação de outros egressos que também vivenciaram essa realidade.

Para pensar a pesquisa, o método dialético foi fundamental, pois proporcionou o diálogo com a realidade, a escuta de egressos, o movimento histórico da formação destes sujeitos, a contradição da realidade com o discurso da escola militarizada e a totalidade desta formação na realidade neoconservadora e neoliberal (Saraiva, 2018).

Para realizar a análise dos discursos foi utilizado o método dialético que, segundo Konder (2017), “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (p. 7). A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender a militarização do ensino público como um processo social em movimento, enfatizando as contradições das promessas da militarização com as violências naturalizadas nesse modelo educacional.

Escolas militarizadas são espaços de acesso restrito sendo necessário o uso de fontes externas para coleta de dados. Sendo assim, o público-alvo da pesquisa foi composto por egressos do CMPM de idades e gêneros diversos e que tivessem cursado anos escolares e séries diferentes. Para alcançar o máximo de participações foi utilizada uma abordagem conhecida como etnografia de redes.

Essa abordagem envolveu a pesquisa pela internet, permitindo a localização de possíveis participantes egressos, possibilitou um maior engajamento e identificação dos entrevistados com a proposta de investigação adaptando o estudo a partir das interações em ambientes conectados como as redes sociais e comunidades online (Ball; Junemann, 2024, p. 38).

Inicialmente, a coleta de dados foi realizada através da plataforma Google Forms, porém, sob o ponto de vista metodológico, o instrumento de coleta configura-se como questionário, e não um formulário digital, por permitir que os participantes respondam às questões sem interferência do pesquisador (Gil, 2002). Para isso, foram utilizadas questões abertas e caracteres ilimitados para que os participantes pudessem descrever livremente suas vivências possibilitando a compreensão de como as violências (in)visíveis estavam presentes na dinâmica da educação militar.

As violências experienciadas no CMPM são tão naturalizadas que se tornam invisíveis para a maioria da comunidade escolar, por esse motivo o questionário foi elaborado com foco em perguntas sobre o cotidiano – a relação com os militares e a melhoria da qualidade de ensino – e apenas uma sobre a questão principal desse estudo, pois já era esperado que na hora de nomear as violências muitos iriam citá-las como algo comum no contexto militar. A exemplo disso, muitos estudantes afirmaram que não havia violência no CMPM, mas evidenciavam estas nas relações cotidianas ao contar suas vivências, revelando as contradições entre os discursos.

O questionário aberto compartilhado nas redes sociais alcançou um total de 42 participantes online. A etnografia de redes foi essencial, pois deu liberdade para que os egressos descrevessem as suas vivências de forma anônima, sem medo e sem pressão, trazendo uma diversidade de discursos, pensamentos e ideias sobre a militarização e as violências (in)visíveis. É importante enfatizar que todos os participantes estavam cientes dos objetivos da pesquisa e participaram de forma espontânea, tendo sua identidade e respostas preservadas, o que evitou qualquer constrangimento.

Com o objetivo de analisar as contradições e compreender as percepções dos egressos, foi realizada a roda de conversa presencial chamada Café com Pesquisa. Para a roda de conversa foi escolhido um local aberto, mas reservado, para receber os participantes e também foi oferecido um lanche com sanduíches, bolo, salgadinhos, café e suco. Tudo pensado para gerar um ambiente confortável em que

eles se sentissem à vontade para compartilhar as suas vivências e percepções sobre a temática. O Café com Pesquisa teve duas edições nos dias 14/12/24 e 04/01/25 com uma média de 2h por encontro, reunindo um total de dez participantes – seis homens e quatro mulheres.

O Café com Pesquisa promoveu um momento de escuta e debate relacionando as vivências pessoais e coletivas dos egressos com os fatores políticos, sociais e econômicos refletindo sobre como a militarização e as violências (in)visíveis influenciaram o desenvolvimento dos estudantes no passado, como se manifestam no presente e quais desdobramentos podem gerar no futuro.

Nesse contexto, a pesquisa utilizou a abordagem qualitativa para compreender a realidade dos sujeitos, suas convenções e contradições. Yin (2016) atribui à pesquisa qualitativa a credibilidade dos fatos expostos respeitando a subjetividade e vivência singular de cada participante sem desconsiderar as convergências entre eles. Dessa forma, os dados coletados contribuíram significativamente para a construção de uma análise crítica e contextualizada sobre a militarização e as violências (in)visíveis de diferentes perspectivas.

A partir dos dados coletados, realizou-se pesquisa bibliográfica de apoio, fundamental ao trabalho científico (Fonseca, 2002), com base em autores que analisam a militarização do ensino público, a imposição da disciplina e as violências associadas a esse modelo educacional, como Chauí, Itokazu e Chauí-Berlinck (2024), Leher (2023), Santos (2021), Miranda (2021) e Foucault (1977). Também foi desenvolvida uma pesquisa documental sobre os objetivos da militarização, a recomendação da ONU ao país e o marco legal que orienta a proteção integral de crianças e adolescentes, o ECA.

Para a análise dos resultados foi realizada uma triangulação dos dados coletados com a pesquisa bibliográfica e documental, observando padrões de respostas que permitiram a identificação das violências da militarização na relação entre os estudantes e os militares, entre o ensino-aprendizagem e a disciplina militar imposta. As categorias de análise foram elaboradas na formulação do questionário online com algumas adaptações a partir das recorrências temáticas e discursivas presentes nas falas dos egressos, em diálogo com os referenciais teóricos da pesquisa.

Esse percurso metodológico permitiu a compreensão das diversas dimensões em que as violências se apresentam no cotidiano escolar e como elas influenciam

na formação integral dos estudantes relacionando a militarização do ensino público à imposição de um regulamento militar que utiliza a disciplina para moldar a mente e o corpo dos estudantes por meio de práticas violentas invisibilizadas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta as vozes/discursos dos 42 egressos que responderam ao questionário online e dos dez que participaram do Café com Pesquisa sobre as violências (in)visíveis na dinâmica da educação pública militarizada. A análise segue a abordagem dialética para compreender as convenções e contradições que surgem nos discursos e como elas se relacionam com a educação e a sociedade. As respostas foram organizadas a partir da categorização dos dados, que são citadas ao longo desta seção, em diálogo com os referenciais teóricos apresentados na seção 2.

Para a primeira categoria sobre a relação entre os estudantes, o militarismo e os militares, o questionário iniciou com as seguintes perguntas: “Como você descreveria sua experiência em uma educação militar?” e “Como era a relação entre alunos e militares?”. O objetivo delas era observar as percepções dos estudantes quanto à imposição da cultura militar no ensino público.

Sobre a experiência na educação militarizada uma parte dos egressos descreveu de forma positiva destacando a disciplina, organização e segurança escolar. “O ensino é levado muito a sério [...] a disciplina era rígida dentro dos conformes e a sensação de segurança é grande.” (Egresso 1).

Enquanto uma outra parte relatou vivências negativas marcadas por autoritarismo, repressão e limitações pedagógicas. “Era um ambiente tenso, com medo constante. Professores tinham receio dos militares e os alunos eram humilhados por pequenas falhas.” (Egresso 2). “O tratamento realmente era de quartel [...] hoje em dia jamais colocaria um filho meu pra estudar em colégio militar.” (Egresso 3).

Como descrito acima, os egressos reconhecem que o rigor disciplinar contribuía com a organização escolar, mas a disciplina imposta gerava um ambiente de repressão entre estudantes e militares. A relação entre estudantes e militares baseava-se no poder e medo, desumanizando o processo educativo. Os militares

buscavam adestrar os estudantes em réplicas padronizadas de alunos militares por meio da disciplina.

A disciplina imposta regravava os comportamentos dos estudantes, o que Foucault (1977), define como adestramento de corpos dóceis em que a disciplina capacita os sujeitos à obediência por meio de exercício militar. Porém, no contexto educativo entendido por Charlot (2020), como ambiente de formação do sujeito capaz de agir no mundo, qual tipo de sujeito a educação militarizada está formando? Quando a educação é militarizada e propaga a reprodução de normas e obediência sem contestação, perde-se seu caráter formativo e emancipador, fabricando sujeitos acríticos, incapazes de enxergar a realidade, porque vivem a simulação de uma realidade paralela como se tivessem escolhido.

Na dinâmica da escola militarizada, a vigilância é constante e há um sistema de punições para cada infração especificada no regimento escolar. Geralmente, o “aluno padrão” obedece e aceita todas as repressões, enquanto os que ousam questionar os seus “superiores” sofrem punições severas publicamente como gritos, humilhações e castigos, ficando de exemplo para os demais. O medo como prática de instrução militar é citado pela UNESCO (2019) como forma de violência psicológica “castigos que não são físicos, mas que humilham, difamam, elegem um bode expiatório, ameaçam, assustam ou ridicularizam a criança ou o adolescente” (p. 15).

“Na maioria dos casos, não em todos, era uma relação autoritária por parte dos militares. Era muito comum ver algum deles gritando e esbravejando com algum aluno pelos corredores. Quando não, tinha também a situação do assédio, muitos militares homens davam em cima das alunas da escola, alunas muito mais novas do que eles. Como disse no início, não eram todos os casos, alguns militares eram decentes e tratavam os alunos muito bem, sem gritar, conversando, mas isso era raridade, pois a maioria sempre queria mostrar quem tinha o poder ali.” (Egresso 4).

Para não sofrerem tantas repressões, os estudantes buscavam aumentar as notas e garantir patentes, a fim de subir na hierarquia militar e obter poder sobre os demais. Nesse cenário, o bom desempenho escolar deixa de ser um indicativo de qualidade de ensino, mas sim uma maneira de se proteger. Isso nos leva à segunda categoria da pesquisa.

A segunda categoria que aborda a relação entre a militarização e a melhoria da qualidade de ensino foi elaborada a partir de duas perguntas do questionário:

“Você acredita que a disciplina exercida pelos colégios militares influencia no comportamento dos alunos? Como?” e “De acordo com a sua experiência, a disciplina militar contribuía para um desempenho de excelência dos alunos em sala de aula e na relação com os professores? Dê exemplos.”

De acordo com os dados coletados, 90% dos egressos reconhecem que a disciplina influencia totalmente no comportamento dos estudantes, mesmo que através de métodos contraditórios. Dentro dessa porcentagem, 50% reconhecem que tudo isso acontecia por meio de coerção e repressão policial. Qualquer pequena falha poderia resultar em gritos e humilhações levando os estudantes a estarem sempre em modo de alerta para não sofrerem punições. Aproximadamente 33% relataram que esse ambiente repressivo influenciou fortemente no comportamento ao longo da vida, a exemplo do relato a seguir:

“Sim. A pressão psicológica é muito presente na educação dos colégios militares. A competitividade entre alunos, colégios, a pressão psicológica dos pais, tudo isso teve impactos, conheço pessoas que ficaram agressivas, outras que desenvolveram problemas alimentares, ansiedade. O medo de decepcionar, de não ser bom. Tudo tem seu lado bom e seu lado ruim.” (Egresso 5).

Desde o início da militarização da escola pública os estudantes estão constantemente sendo pressionados para merecerem seu lugar. Inclusive, de acordo com os egressos, ao militarizar o ensino, os estudantes passam por uma segregação intelectual (por notas) e econômica (condições de arcar ou não com os novos custos) em que a maioria é retirado da escola por não se encaixar no “padrão de aluno militar”.

Essa prática assume um caráter classificatório e seletivo, pois a escola militar passa a ser vista como espaço de mérito, onde permanecem apenas “os melhores”. Com isso, elevam-se as estatísticas educacionais por meio da seleção, forjando uma suposta “melhoria da educação”, enquanto se ampliam a vulnerabilidade, a segregação, o preconceito e o estigma social. Nesta lógica, perde-se a ideia de sociedade, coletividade e fortalece-se a ideia de individualidade, competitividade e a lógica social é substituída pela neoliberal e mercadológica.

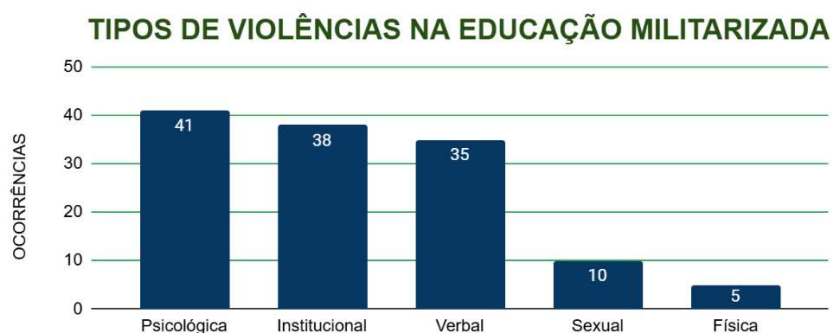
Miranda (2021) enfatiza que a militarização da escola pública faz parte de um movimento de reforma neoliberal que busca o fracasso da escola para entregá-la à iniciativa privada. Semelhante à autora, Freitas (2018) explica que no contexto da sociedade neoliberal, a educação torna-se empresarial colocando crianças e

adolescentes na posição de “empreendedores de si”, responsabilizando-os pelo seu sucesso ou fracasso, na tentativa de “minimizar a ação do Estado por meio da retirada de direitos enfraquecendo a democracia, pois estes são elementos fundantes do mercado (p. 287)”.

Os estudantes que conseguem permanecer são incentivados todos os dias a lutar pelo mérito de pertencer àquele lugar. Competindo entre si por notas altas, patentes e reconhecimento, sem a preocupação com o ato de aprender algo, de fato. O importante nessa dinâmica é mostrar resultados, fazer parte da “melhor” escola e ser reconhecido por isso, aceitando todo tipo de repressão e violências possíveis, o que é melhor explorado na terceira categoria.

Para a terceira categoria foi formulada a seguinte questão: “Sabendo que existem diversos tipos de violências, como física, verbal e psicológica, no colégio militar você presenciou algum tipo de violência? Se sim, qual?”. Foi realizado um levantamento manual das respostas do questionário que foram organizadas conforme o gráfico abaixo, sendo consideradas “ocorrências” o número de vezes que cada violência foi citada entre os 42 participantes. O questionário continha questões abertas, permitindo relatos livres, inclusive a menção de mais de uma situação de violência ao responder à pergunta.

Gráfico 1 – Ocorrências das violências na educação militarizada



Fonte: Gráfico gerado no Excel, a partir dos dados coletados (2025).

Para conceituar as violências foi utilizado o relatório mundial sobre violência escolar e bullying, da UNESCO, que define a violência escolar como “a violência física, que inclui os castigos físicos; a violência psicológica, que inclui o abuso verbal; a violência sexual, que inclui o estupro e o assédio” (p. 8, 2019). A definição proposta pela UNESCO foi utilizada por se tratar de conceitos socialmente conhecidos.

Como mostra o gráfico, a violência psicológica teve o maior número de ocorrências no relato dos egressos, com 41 menções. No Café com Pesquisa, os egressos explicaram que esse tipo de violência é a mais naturalizada no ambiente militar, os gritos e humilhações diárias vivenciadas pelos estudantes não eram percebidos como algo violento, apenas como parte da dinâmica escolar e, para alguns, parte da vida como um todo, estando presentes nas relações familiares, nas relações de trabalho, etc.

Essa naturalização, no entanto, não está de acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). O Art. 5º determina que nenhuma criança ou adolescente será submetida a violência, crueldade e opressão (Brasil, 1990). Dessa forma, gritos, humilhações e constrangimentos não podem ser legitimados como parte da disciplina militar, ainda que sejam consideradas “normais” na dinâmica escolar, familiar e/ou social, violam direitos legalmente garantidos e impactam negativamente a vida dos estudantes para além dos anos escolares, como explica o relato abaixo:

“Em minha opinião sim, acredito que a maioria se torna pessoas de mal índole, mal carácter e violentos. Porque o ambiente por si só já é tenso em todos os sentidos causa medo. No meu caso tive dificuldades em dialogar com professores, pois me sentia reprimida dentro de sala, não podia falar nada assim como a maioria do colegas. No entanto até hoje cursando uma graduação tenho dificuldade em me expressar e me comunicar com amigos, principalmente com professores.” (Egresso 6).

A violência institucional, que teve 38 ocorrências na pesquisa, diz respeito às diversas práticas violentas justificadas pelos estudantes como algo decorrente exclusivamente da dinâmica militar. Por exemplo, fazia parte da instituição militar que os estudantes atrasados fossem colocados em pé no sol por horas como punição e, mesmo desmaiando (de fome, fraqueza, etc.), fossem ridicularizados e humilhados na frente de todos para que aprendessem com os erros. As principais violências justificadas como parte essencial da dinâmica militar são a verbal e a psicológica.

“Acho que o modelo militar já inclui um certo tipo de violência verbal, psicológica e física. Ficar “pagando” como diziam, ficar em posição de cobrir por tempo indeterminado, pagar flexões, tudo envolve um tipo de violência e totalmente sem sentido, afinal o ditado sempre é “por um paga todos” então quem não fez nada de errado continua sofrendo pelos que fizeram algo de errado.” (Egresso 7).

A violência verbal, que teve 35 ocorrências nos discursos, também surge como algo natural na dinâmica militar. Segundo os egressos, policiais adotavam posturas agressivas ao humilhar estudantes por falhas ou ao repreendê-los de forma vexatória diante de erros considerados graves. Tais condutas eram justificadas como estratégias para disciplinar e impor o “bom comportamento”. Os egressos também relataram assédios verbais contra menores que, segundo os participantes do Café com Pesquisa, eram diários.

“Sim, assédio verbal com as alunas principalmente, violência verbal, abuso psicológico, pedofilia.” (Egresso 8).

“Muitas kkkkk mas a que mais me marcaram eram casos de assédio entre militares e alunas. Me lembro de uma vez que estávamos em formação aguardando para entrar em sala e um dos cadetes da escola de polícias estava vistoriando nossa fila, ele parou diversas vezes para fazer comentários nojentos sobre as meninas (lembrando todas menores de idade) que por sua vez não puderam fazer nada.” (Egresso 9).

A violência sexual, que inclui o assédio e a importunação, teve dez ocorrências nos relatos sendo considerada algo corriqueiro na dinâmica militar. Os policiais eram, na sua maioria, homens adultos, que estavam constantemente assediando meninas e meninos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio (1ª a 3ª série) com idades entre 11 e 17 anos. Os relatos denunciaram o assédio e relacionamentos impróprios entre militares e estudantes menores de idade dentro da escola. Isso revela como o CMPM era omissivo e naturalizava entre a comunidade escolar não apenas práticas violentas, mas também a pedofilia e a importunação sexual.

Garcia *et al.* (2020, p. 72) revelam que em 2019 cerca de 80 mães registraram denúncias de assédio moral, sexual e violência cometida pelos militares dos colégios geridos pela PM no estado do Amazonas. O dado, por si, contradiz o discurso oficial que associa a militarização à garantia de ordem e segurança, revelando promessas vazias que servem apenas para mascarar a realidade. Em vez de promover o desenvolvimento crítico e a autonomia dos sujeitos, a escola militarizada revela-se um ambiente atravessado pelo medo, pela submissão e pela naturalização do abuso de poder.

Por fim, a violência física teve cinco ocorrências nos relatos dos egressos que vivenciaram situações de embate corporal de policiais contra estudantes como

empurrões, e também que identificaram essa violência nos castigos punitivos justificados por outros como algo institucional. O último relato reúne as violências (in)visíveis propagadas pelo modelo militar que eram sim percebidas, mas dentro desse contexto eram naturalizadas impossibilitando qualquer defesa por parte dos estudantes que apenas absorviam tudo em nome do mérito de pertencer e ter um bom futuro.

“De todas as violências, a que mais presenciei foi a violência verbal dos militares. Não havia respeito aos alunos, éramos submetidos a escutar muitas coisas ruins de pessoas que só conviviam conosco 5 horas por dia dentro do nosso dia a dia escolar e não podíamos fazer nada para nos defender ou defender uns aos outros. E isso se dá também como violência psicológica, pois muitos alunos não aguentavam, por seu psicológico ficar exausto e sem concentração nas atividades escolares, tendo que pedir no meio do semestre para os pais os transferirem da escola. Presenciei um colega sendo obrigado a fazer flexões por apenas ter saído para ir ao banheiro. Presenciei muito desrespeito vindo dos policiais na saída da escola, onde gritavam muitas coisas, tinham o costume de nos chamar de "Caga pau" um termo muito usado pelos militares da escola em todo momento. Fui mandada de volta para casa por suspeita de estar usando maquiagem, tendo em vista que tive que passar um pano no rosto para ser comprovado de que não estava usando nada no rosto. Presenciei militares namorando alunas menores dentro do ambiente escolar, algo que virava assunto entre os alunos da escola. Presenciei alunas sendo humilhadas com palavras feias e palavrões por uma policial do mesmo sexo, mulher. Presenciei um fato ocorrido no oitavo ano, onde mandaram os alunos para quadra para receber um militar que cometeu um abuso a uma aluna dentro da escola e um dia tinha retornado a escola para uma cerimônia, não participei por desgosto e fui para a sala de aula e logo após a biblioteca sem ninguém ver, pois não conseguir acreditar no que estava acontecendo e não iria ficar no local que me mandaram sabendo do acontecido ocorrido a um ano atrás a uma aluna da escola, esperei terminar a cerimônia e retornei a minha sala de aula.” (Egresso 10).

O relato acima demonstra que as violências na escola militarizada não acontecem de forma pontual, mas fazem parte da rotina institucional. As punições com flexões, as humilhações verbais constantes, o uso de termos pejorativos e o controle sobre o corpo dos alunos revelam um ambiente marcado pela intimidação e pelo silenciamento. À luz de Foucault (1977), essa dinâmica expressa a lógica disciplinar que naturaliza tais práticas violentas e as incorpora ao cotidiano escolar.

Entretanto, essas práticas afrontam diretamente o Art. 17 do ECA (Brasil, 1990), que garante a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes, evidenciando que disciplinar os estudantes com base na intimidação e na humilhação não apenas contraria princípios pedagógicos, mas

também viola direitos legalmente assegurados, distorcendo a finalidade educativa e comprometendo a escola como um espaço de formação e humanização.

Em síntese, os relatos dos egressos revelam a contradição do discurso que apresenta a militarização como solução para a educação pública. As práticas adotadas nessas instituições, marcadas por mecanismos explícitos e sutis de coerção, produzem um ambiente de vigilância constante e intimidação. Nesse contexto, a formação dos estudantes é moldada pelo controle e pela obediência, o que limita a autonomia, fragiliza o desenvolvimento do pensamento crítico e contribui para a reprodução de padrões autoritários e desigualdades sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise do discurso dos egressos de um Colégio Militar da Polícia Militar de Manaus revelou que, ao contrário da ideia de que a militarização promove segurança e qualidade de ensino, geralmente propagada na sociedade brasileira, esse modelo educacional reproduz práticas autoritárias, punitivas e violentas que são invisibilizadas, consolidando a pedagogia da caserna no cotidiano escolar.

Na primeira seção, foi feita a revisão de literatura mostrando as percepções de teóricos da educação sobre formação social, educação, violências e militarização. Na segunda, foi explicado o percurso metodológico da pesquisa destacando os métodos de coleta e análise dos dados. Por fim, na terceira, foi realizada a discussão dos resultados fazendo uma reflexão crítica baseada no método dialético, analisando as contradições e convenções presentes nos discursos dos egressos.

Os dados coletados confirmam que a disciplina, nesse modelo, opera como tecnologia de poder que produz corpos dóceis, conforme problematizado por Foucault (1977), e se sustenta em violências naturalizadas no cotidiano social e escolar, como discutem Chauí, Itokazu e Chauí-Berlinck, (2024). À luz do relatório da UNESCO (2019) sobre violência escolar e das garantias previstas nos arts. 5º e 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, fica evidente que as práticas violentas da dinâmica militar não apenas comprometem a formação pedagógica, mas afrontam direitos fundamentais.

A educação militarizada contrapõe-se à visão da educação emancipatória defendida por Charlot (2020), longe de promover o pensamento crítico e as

subjetividades, limita e oprime os estudantes moldando-os à obediência cega e ao silenciamento. Esse modelo educacional nega a função social da escola pública enquanto espaço de formação integral, cidadã e democrática (Saviani, 2011).

A militarização da escola pública traz consigo a promessa de solucionar os problemas de segurança e desempenho escolar, mas, na verdade, impõe práticas violentas para coagir e moldar o comportamento dos estudantes. A disputa por melhores notas e patentes passa a funcionar como estratégia de adaptação a esse sistema, bem como uma forma de escapar das repressões. Nesse ambiente hierárquico, os que ocupam as posições mais baixas tendem a sofrer com maior intensidade as práticas “disciplinares”, mas à medida que ascendem na hierarquia, deixam de ser alvos diretos e podem, inclusive, reproduzi-las contra os demais.

O estudo deixa evidente que a militarização não soluciona os problemas enfrentados pela escola pública, ao contrário, reforça as desigualdades, os estigmas e as violências relatadas pelos egressos. Nesse sentido, o modelo militarizado contribui para a normalização do abuso de poder como prática que naturaliza a submissão e o silenciamento, em detrimento da autonomia e da formação cidadã democrática.

Diante das evidências apresentadas e da recomendação internacional, reafirma-se a necessidade de fortalecer o ensino público gratuito e de qualidade sem privilégios, estigmatização, preconceitos e racismo, investir na valorização docente, ampliar práticas democráticas no ambiente escolar e defender uma educação pautada na criticidade e liberdade, capaz de romper com a lógica autoritária e possibilitar a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN – Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior. **ONU recomenda fim das escolas cívico-militares no Brasil**. Andes-SN, 12 jun. 2025. Atualizado em 12 jun. 2025 às 13h32. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ONU-recomenda-fim-das-escolas-civico-militares-no-brasil1>. Acesso em: 16 out. 2025.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Pesquisa em Políticas Educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024. 477 p.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Revogado pelo Decreto Nº 11.611, de 19/07/2023. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm>. Acesso em: 14 out. 2025 [Livre acesso].

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou barbárie?** SP: São Paulo. Cortez Editora. Edição do Kindle. 2020.

CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. **Sobre a violência**: Escritos de Marilena Chauí, vol. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

DE OLIVEIRA, Ângela M. G.; PEREIRA JUNIOR, J. A.; PACHECO, C. de O.; DA SILVA, D. L. Escola militarizada e gestão democrática; uma análise do manual de procedimentos e orientações aos pais e alunos de uma escola estadual militarizada em Manaus. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 2612–2635, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n1-141. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2468>. Acesso em: 18 out. 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARCIA, Fabiane; MOURÃO, Arminda; RUMBANE, Sebastião; ALMEIDA, Janderson. Passos e descompassos da gestão no contexto da militarização das escolas públicas de Manaus. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 4, n. 8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol4n8.6397>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética (Primeiros Passos)**. Editora Brasiliense. Edição do Kindle, 2017.

LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MIRANDA, Edna Mara Corrêa. Escolas públicas militarizadas como forma de violência legítima do Estado sobre os estudantes da classe trabalhadora. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 284–304, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/966>. Acesso em: 16 out. 2025.

OLIVEIRA, Dijaci David de. **As escolas militares**: o controle, a cultura do medo e da violência. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (orgs.). Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 41-49.

SANTOS, Catarina de Almeida. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.244370>. Acesso em: 16 out. 2025.

SARAIVA, Emerson Sandro Silva. **Políticas Públicas e educação para pessoas jovens e adultas em situação de privação de liberdade no Amazonas**: regulação da sociedade e antagonismos de Direitos Sociais. 2018, 347 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Fernanda; RITTNER, Daniel. Governo Lula encerra o programa de escolas cívico-militares criado por Bolsonaro. **CNN Brasil**, São Paulo, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-bolsonaro/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

UNESCO. **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial. Brasília, DF, 2019.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico] / Robert K. Yin; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016.

NOTAS

HISTÓRICO

RECEBIDO: 30/10/2025

APROVADO: 04/03/2026

PUBLICADO:

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade do Estado do Amazonas que, por meio do Programa de Apoio à Iniciação Científica e do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, possibilitaram a realização desse estudo, bem como aos egressos participantes que compartilharam suas vivências e confiaram nesta pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. A. Sales, E. S. S. Saraiva

Coleta de dados: J. A. Sales

Análise de dados: J. A. Sales, E. S. S. Saraiva Discussão dos resultados: J. A. Sales, E. S. S. Saraiva

Revisão e aprovação: J. A. Sales, E. S. S. Saraiva

FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas através do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) realizado na Universidade do Estado do Amazonas, unidade da Escola Normal Superior. Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica, SISPROJ N°51359.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, possíveis vieses temáticos.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.